N.º 8 — 10 de Abril de 1915

A IDEIA NACIONAL

Director — HOMEM CHRISTO FILHO

N.º 8 10 de Abril de 1915 ANNO I.º

A IDEIA NACIONAL

REVISTA POLITICA BI-SEMANAL

Director — HOMEM CHRISTO FILHO

SUMMARIO

EDITOR-ADMINISTRADOR: Antonio Rocha. Propriedade de Homem Christo Filho. Redacção, administração e officinas de comp. e imp. Rua de Arnellas — AVEIRO. Escriptorio em Lisboa — R. da Emenda, 30.

Escrevem n'A IDEIA NACIONAL:

Ramalho Ortigão
Conselheiro Ayres de Ornellas
Homem Christo (CARTAS DE LONGE)
Conselheiro Luiz de Magalhães
Lord Henry (PHILOSOPHIA POLITICA)
Conselheiro José de Azevedo Castello Branco
João do Amaral (O MEU DIARIO)
Conde de Sabugosa
Lourenço Cayolla (QUESTÕES COLONIAES)
Antonio Emilio d'Almeida Azevedo
Rocha Martins
Conselheiro Anselmo Vieira (QUESTÕES FINANCEIRAS)
Alberto Pinheiro Torres (QUESTÕES RELIGIOSAS)
G. Jean Aubry (QUESTÕES ESTRANGEIRAS)
Victor Falcão (NOTAS POLITICAS)
Etc., etc.

Toda a correspondencia relativa a esta Revista deve ser dirigida ao DIRECTOR.
Cada exemp. d'A IDEIA NACIONAL custa 50 reis.

AVENTURAS EXTRAORDINARIAS DO MULATO JOÃO CHAGAS

II

O Estratagema do Poltrão

Sob o titulo **O snr. João Chagas e o snr. Homem Christo Filho** — *Graves Accusações* — dizia no sabbado passado o nosso illustre e prezado collega *O Dia*, na sua 1.ª pagina:

"Causou enorme sensação em Lisboa o numero de quarta-feira d'*A Ideia Nacional*, a revista do snr. Homem Christo Filho, em que o snr. João Chagas é atacado com uma violencia rara e em que o antigo director da *Restauração* faz gravissimas revelações, uma das quaes é a de que quando o prenderam, lhe disse o snr. João Eloy que assim procedia porque o snr. João Chagas pretendia assassinal-o!

Esperamos até segunda-feira que se justifique perante o publico o snr. director da investigação criminal. E depois conversaremos sobre este caso que não póde ficar assim„.

Na segunda-feira immediata dizia ainda *O Dia*, subordinado ao mesmo titulo, o seguinte:

"O n.º 5 d'*A Ideia Nacional*, de 31 de março, a que ante-hontem nos referimos, abre com um violentissimo artigo firmado pelo snr Homem Christo Filho e que tem este titulo: *Aventuras extraordinarias do mulato João Chagas*. Conta o que se passou em Paris com o ex-ministro da republica junto do governo francez, referindo largamente o incidente conhecido em que intervieram os directores dos jornaes de Paris protestando perante o presidente do ministerio francez contra a ordem de expulsão dos jornalistas Homem Christo, pae e filho, que foi logo revogada.

Narra tambem a scena pittoresca d'aquelle baile no Elyseu em que o ministro da republica portugueza teve de conduzir pelo braço uma dama

quasi preta, a ministra do Haiti. Mas tudo isto, que é muito pittoresco, não tem a gravidade da revelação final!

Depois de recordar uma scena de aggressão da *formiga* o snr. Homem Christo Filho prosegue n'estes termos:

. . . .

. . . .

Mais ainda. O snr. Homem Christo accrescenta que **foi intimado a não tornar publico o incidente,** e o notificaram de que *seria suspensa immediatamente a «Restauração» se proferisse sequer o nome do snr. João Chagas!*

Uma accusação d'esta ordem trazida agora á publicidade obriga-nos a perguntar d'aqui ao snr. ministro do interior, de quem o snr. João Eloy é subordinado, *o que se segue?*

Obedeceu o snr. João Eloy no que fez a ordens que eram illegitimas, dadas pelo chefe do governo e ministro do interior o réu Leandrino Machado?

Se o snr. João Chagas queria matar o snr. Homem Christo, como foi detido este jornalista e levado ao governo civil, em vez de ser preso quem, segundo as informações da policia, projectava assassinal-o?

Não se trata de accusações vagas e anonymas. Narram-se factos concretos, e quem os conta assigna o que está publicado na *Ideia Nacional.*

Referem-se os nomes do snr. João Eloy e do snr. major Amaral, fallando em nome do governador civil, e este era o delegado do ministro Leandrino Machado.

As responsabilidades recahem, portanto, sobre todas estas auctoridades. O jornalista ameaçado de morte revela ter sido amordaçado com o aviso de que a *Restauração* seria suspensa se contasse o que acabava de passar-se, se pronunciasse sequer o nome do snr. João Chagas!!

Então estes actos abominaveis de coacção podem ficar impunes? As auctoridades assim visadas podem continuar nos seus postos antes de se illibarem?

Snr. Presidente do Ministerio! Se a *Ideia Nacional* adulterou a verdade, provem-no. Se a verdade é, como deve presumir-se, o que tão pormenorisadamente alli está narrado, o caminho é só um. Leiam o Codigo Penal!»

Até á hora em que escrevemos não nos consta que o director da policia de investigação criminal tenha feito quaesquer declarações sobre este incidente. Mas nós vamos precisar as circumstancias em que se passou o extranho caso, para completo esclarecimento do publico e para que se veja até que ponto vae a audacia do ex-ministro mulato e a cumplicidade das auctoridades com as suas aventuras.

I — Á porta do Avenida Palace dois agentes de policia impedem-nos a entrada e conduzem-nos ao Governo Civil.

Cerca das oito horas da noite, do dia 21 de Setembro de 1914, sahimos de automovel da *Restauração*, rua da Emenda, 30, descemos o Chiado e a rua Nova do Carmo e dirigimo-nos ao Avenida Palace onde estavamos hospedado. Acompanhavam-nos o snr. Fausto Villar, então redactor d'*A Restauração* e hoje redactor d'*O Nacional* e o snr. José Manteigas, empregado tambem n'aquelle jornal e que costumava seguir no automovel ao lado do chauffeur.

Quando parámos á porta do Avenida Palace e abriamos a portinhola do carro, dois policias embargaram-nos o passo, a nós e ao snr. Fausto Villar, declarando-nos que o snr. governador civil nos pedia para os acompanharmos immediatamente ao governo civil.

— Com que fim, perguntámos?

— Com o fim de prestar declarações sobre um caso urgente.

— Como provam a sua identidade, perguntámos ainda? Os homens mostraram-nos os cartões.

— Esperem então um pouco, dissemos-lhes, emquanto eu vou lá acima prevenir minha mulher de que não posso vir já jantar.

— Impossivel, replicaram os agentes. V. Ex.ª tem que nos acompanhar immediatamente.

— Então estou preso?

— Não senhor. Pelo contrario, o snr. Governador Civil recommendou-nos que affirmassemos a V. Ex.ª que não está preso. Mas V. Ex.ª não pode entrar no Hotel.

Tinha-se juntado muita gente. N'esta altura alguem cujo nome não pronunciaremos senão em caso de absoluta necessidade, approximou-se e relatou-nos em poucas palavras uma conversa havida horas antes e que nos fez comprehender vagamente do que se tratava. Encarregámos então o gerente do hotel de prevenir a nossa familia e o sr. dr. Reis Torgal que tinhamos convidado para jantar e nos

esperava no salão de leitura, de que talvez nos demorassemos. E para maior segurança ordenámos tambem ao nosso empregado José Manteigas que fizesse a mesma coisa e viesse ter comnosco ao governo civil.

Acompanhado do sr. Fausto Villar e d'um dos agentes da judiciaria, que tomou logar ao lado do chauffeur, seguimos para ali no mesmo automovel que nos trouxera ao Avenida Palace.

II — «O snr. João Chagas quer mata-lo», declara-nos o director da policia de investigação.

No governo civil esperava-nos o sr. Major Amaral que nos recebeu com a maior amabilidade e nos poz ao corrente da situação, emquanto não chegava o sr. dr. João Eloy que fôra jantar e que o referido official mandou chamar immediatamente.

Ao cabo d'um quarto de hora ou vinte minutos chegou o director da policia de investigação.

— O snr. João Chagas quer matá-lo. O snr. governador civil, desejando evitar um conflicto gravissimo, pede-lhe para não ir esta noite nem amanhã ao Hotel. Não só nós queremos poupar a sua vida em risco, como ainda salvar a nossa responsabilidade e o prestigio da Republica, pois se houvesse um desastre poderiam as auctoridades ser accusadas de cumplicidade, visto que o snr. João Chagas nunca o atacou no extrangeiro, depois do incidente de Paris e pensa em atacá-lo agora, aqui em Portugal.

— Mas se é o snr. João Chagas que se propõe assassinar-nos, replicámos, é sobre elle e não sobre mim que o snr. governador civil deve exercer pressão. Tanto mais que a partir d'este momento, desde que são V. Ex.^{as} que me informam de que esse mulato prepara um assassinato, a minha vida não corre o menor perigo, pois serei eu que, em legitima defeza, o estenderei como um cão, ao menor movimento aggressivo que elle faça.

— A attitude de V. Ex.^{a}, resistindo ao pedido que lhe faz o snr. governador civil, respondeu o snr. João Eloy, vem aggravar a situação. De resto V. Ex.^{a} tem porte de arma?

—Não tenho porte de arma nem tenho arma. Mas avisado officialmente pelas auctoridades de que a minha vida corre sério perigo, vou munir-me d'uma pistola, de que farei uso, repito, logo que seja necessario. E não haverá nenhum tribunal que, depois do que se está passando, me condemne.

—Vou conferenciar com o sr. Governador Civil, disse-nos, pondo termo á discussão, o director da policia de investigação.

O sr. Major Amaral informou-o, deante de nós, de que o sr. general Judice da Costa se encontrava no *Café de la Gare*. Quando o sr. João Eloy se preparava para sahir observámos que não tinhamos jantado, que não podiamos perder tempo e que era uma violencia sem egual conservarem-nos ali detido.

Foram inuteis todos os protestos. O sr. João Eloy metteu-se n'um automovel e nós ali ficámos no gabinete do sr. Major Amaral esperando que aquelle funccionario voltasse de conferenciar com o governador civil.

III — Fica detido no Governo Civil durante toda a noite o creado que nos acompanhava e nós somos intimado a não voltar ao Hotel até á partida do mulato para o extrangeiro.

Entretanto o nosso empregado José Manteigas tinha sido preso, quando sahia do Avenida Palace onde subira a transmittir o nosso recado, e conduzido ao Governo Civil onde **ficou detido até ao dia seguinte de manhã!**

Muitos redactores d'*A Restauração*, informados do que se passava, acorreram ao Governo Civil onde nos esperava tambem o snr. Fausto Villar. Entre elles citaremos os snrs. Bemjamin Ennes da Rocha Vianna, secretario da direcção, morador na Rua da Cidade da Horta, 60-2.º-Esq.; o snr. Jorge Santos, administrador d'*A Restauração*, morador no Largo de São Paulo, 12-1.º; o snr. Mimoso Ruiz, secretario da redacção, morador na Rua direita de Pedrouços; o snr. Thiago Affonso Romano, encarregado da defeza do jornal actualmente preso na cadeia do Limoeiro, etc., etc.

Ao cabo de trez quartos de hora voltou o director da investigação criminal que nos disse, no gabinete e na presença do snr. major Amaral, textualmente o seguinte:

— O snr. governador civil está muito incommodado com este incidente e quer a todo o custo evitar uma desgraça por todos os motivos lamentavel e que pode ter consequencias desagradaveis para o prestigio da Republica. O governo vae procurar demover o snr. João Chagas do seu intento. **E em todo o caso V. Ex.ª fica intimado a não voltar ao Avenida Palace esta noite nem amanhã — sob pena de ser preso á entrada. Alem d'isso é tambem intimado a não tornar publico este incidente, a não proferir sequer o nome do snr. João Chagas, sob pena de suspensão immediata da «RESTAURAÇÃO».**

Vendo que era inutil resistir n'aquelle momento pedimos licença para telephonar para o Avenida Palace, o que fizemos na presença do snr. João Eloy e do snr. major Amaral, prevenindo a familia e o snr. Dr. Alvaro dos Reis Torgal de que não podiamos ir jantar.

IV — Prepara-se um assalto á RESTAURAÇÃO.

Dirigimo-nos então, acompanhado pelos amigos que nos esperavam nos corredores do Governo Civil, á redacção d'*A Restauração* onde aguardava a nossa chegada grande numero de pessoas anciosas por ver-nos livre das garras da policia. Entre elles recordamo-nos dos snrs. Dr. Vicente Pinheiro de Mello (Arnoso), Rocha Martins, director do *Jornal da Noite*, Antonio de Sá da Penha e Costa, Visconde de Cabrella, Dr. Raul Pereira Caldas (Silves), Dr. Alvaro dos Reis Torgal, etc.

Ali fomos informado de que a *formiga branca* resolvera, em reunião magna, assaltar n'essa noite *A Restauração*. A informação era de fonte segura e vinha acompanhada de todos os detalhes. O assalto ficara a «*cargo da gente do Graça e d'um formiga*, dizia a nota, *de compridas e loiras barbas; devia ser executado n'essa noite, ou o mais tardar*

na noite seguinte; nós deviamos ser liquidado á sahida do jornal, para o que devia fazer-se combinação previa com o chauffeur».

Tomámos as medidas necessarias para a defeza e resolvemos, revoltado com a attitude das auctoridades e o procedimento ignobil do indigno mulato, pregar-lhe uma partida. O miseravel devia partir para o extrangeiro no *Sud-Express* do dia seguinte. Nós iamos de automovel até á fronteira hespanhola, até Fuentes de Oñoro, e ali entravamos no comboio em que seguia para Paris o insigne cobarde. Ou elle nos matava no salão do *Sud-Express*, ou ficava desmascarado vergonhosamente.

V — O snr. Governador Civil recusa-nos um passaporte e o ex-ministro parte para Bordeaux em WAGON ESPECIAL atrellado ao Sud-Express.

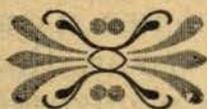
Para realisar este plano apenas precisavamos de fazer validar o passaporte que possuiamos. Isso dependia das auctoridades. Encarregámos o secretario da direcção da *Restauração*, snr. Rocha Vianna, de ir ao governo civil dizer ao snr. major Amaral que em virtude do perigo que corria a nossa vida e no desejo de evitar conflitos, resolviamos sahir para o extrangeiro e lhe pediamos que fizesse validar o passaporte que lhe levava o snr. Rocha Vianna.

Aquelle official recusou-se a satisfazer este desejo, allegando incompetencia, e o snr. Rocha Vianna procurou em vão durante toda a noite o governador civil que se fez desencontrado.

Ahi está, com todos os detalhes e numerosas testemunhas, como os factos se passaram. No dia seguinte o mulato partiu para Bordeus **em wagon especial** atrellado ao Sud-Express, e nós ficámos em Lisboa por nos ter sido recusado o passaporte necessario para transpôr a fronteira a tempo de seguir com o bandido no mesmo comboio.

VI — Epilogo.

Dias depois, obtido emfim esse documento, fômos a Bordeus, onde nos chamavam affazeres urgentes. Entrámos para jantar no mais elegante restaurante da cidade. Lá estava abancado, saboreando um explendido banquete, o famoso aventureiro. Não tugiu nem mugiu, não levantou sequer os olhos para nós.

Tinha-lhe passado, milagrosamente, a furia homicida...

O Conflicto Europeu

POR

AYRES DE ORNELLAS

Do Aisne ás Flandres

Se os allemães não contavam com a victoria do Marne não ha duvida de que todas as eventualidades d'uma possivel retirada e a maneira de a aguentar, tinham sido previstas com aquelle espirito de preparação meticulosa que dá á guerra actual um caracter tão especial. Retiraram do Marne tendo por peão de manobra o exercito do Kron Prinz e em poucos dias faziam de novo frente n'uma serie de posições que o correspondente militar do *Times* dizia serem «certamente das mais fortes que se poderiam encontrar entre os Montes Uraes e a bahia de Biscaia!»

A *ante-guerra* tinha preparado de facto nas margens do Aisne, um formidavel baluarte; entre a floresta de Laigne, Compiègne, pelas margens do rio Aisne, estendem-se por dezenas de kilometros uma serie de immensas pedreiras de granito, constituindo uma fortissima posição defensiva, quasi inexpugnavel se convenientemente preparada. Por uma coincidencia curiosa estas pedreiras pertenciam todas a uma empreza allemã que havia mais de um anno alli trabalhava com pessoal seu, exclusivo de qualquer elemento francez.

Disse-se depois que o proprio von Kluck pessoalmente as estudára na primavera de 1914. O que é certo é que pela data em que os allemães alli faziam frente a Joffre, os jornaes francezes annunciavam a prisão por espionagem d'um Mr. Zonckermann, antigo director da Empreza d'autoomnibus intitulada — *Société des Messageries départementales par automobiles,* lançada em 1908, (coincidencia tambem curiosa) pelo conhecido

financeiro Rochette, o protegido de Caillaux. Esta sociedade por successivas concessões adquiria pouco a pouco todo o transporte automovel entre os valles do Aisne e do Marne, e era amplamente subsidiada pelo Estado radical; começara por 19 mil francos annuaes; em junho de 911 recebia 60 mil e em Setembro do anno seguinte subia a cem mil! O contribuinte francez ia assim pagando da sua algibeira o serviço d'espionagem encarregado de estudar o terreno onde se iam um dia decidir os destinos da França. Mas não basta. Maubeuge cahia a 7 de Setembro em poder dos allemães. Tornava assim facil a sua retirada e prejudicava singularmente qualquer manobra de Joffre contra o flanco direito do adversario. Ora soube-se posteriormente que a defeza da praça fora surprehendida ao ver abrir o bombardeamento dos fortes por baterias montadas *n'uma só noite* em locaes que os reconhecimentos tinham na vespera encontrado livres d'inimigos. Acontece que essas posições eram occupadas pelos locaes d'uma fabrica allemã de montagem de material de caminho de ferro, estando precisamente construidas as plata-formas de beton destinadas ás peças de sitio, com as competentes vias ferreas, etc.

Tanto basta para explicar como a batalha do Aisne a breve trecho se transformava n'uma verdadeira guerra de sitio. «A batalha, dizia um dos primeiros communicados francezes, tomou em grande parte da frente o caracter d'uma guerra de fortaleza, analoga ás operações da Mandchuria... Trata-se de conquistar linhas de trincheiras successivas, precedidas de defezas accessorias, de redes d'arame farpado, com metralhadoras nas *caponnières*. Nestas condições o progresso só pode ser muito lento.»

Não podiam os communicados insistir no *handicap* que a imprevidencia do governo radical, apezar de bem avisado pela — *avant-guerre* — de Léon Daudet, carregava sobre a tarefa já de si tão viva do exercito, sendo deveras para pasmar que o Commando francez pudesse fazer frente a tamanhas difficuldades. Mas não ha duvida de que n'este periodo se começou a fazer sentir a pressão russa, e a Allemanha, não tendo podido esmagar d'entrada a resistencia franceza, resolvia aguentar a lucta no theatro occidental e ir fazer frente aos russos com uma decidida offensiva no Caminho de Varsovia.

Prolongada por um mez inteiro, a batalha do Aisne não trazia solução. O avanço dos alliados fora definitivamente sustado é certo, mas as tentativas para tornear a direita allemã tinham successivamente prolongado a frente em angulo recto na direcção de Lille, e quando Antuerpia cahia, 9 de outubro, o Exercito inglez tinha já iniciado a sua mudança de linha de operações, passando a sua base naval do mar de Biscaia para a

Mancha formando a extrema esquerda da linha de Joffre. A conquista do reducto da defeza belga, permittindo a livre disposição de toda a rede ferro-viaria do norte franco-belga, e a subsequente occupação do territorio do reino da Belgica, permitte então aos allemães iniciar a terceira phase da guerra no theatro occidental com a marcha sobre Ypres e Calais. A iniciativa estrategica vae então de novo passar aos allemães; seria inutil occultar que um dos objectivos essenciaes da arte da guerra consiste exatamente em conservar ou manter essa iniciativa. Mas a guerra actual, é para os allemães uma lucta desesperada desde que o primeiro objectivo estrategico lhes falhou. Pelo contrario, para os alliados é muito mais importante ganhar tempo e gastar as forças do adversario; entretanto desenvolvem o seu poder militar e vae seguramente actuando a indiscutivel supremacia do poder naval britannico. E ainda tacticamente, o ataque em massa dos allemães, que deveras parecia modernamente guardado ás *mangas* de zulus ou de vatuas, dera aos alliados uma confiança absoluta na sua força de resistencia; não tinham, é certo, a força sufficiente para repellir já os allemães alem fronteiras, mas estavam seguros de ter a resistencia sufficiente para aguentar os mais formidaveis ataques. E' precisamente o que se vae demonstrar nos ultimos e terriveis mezes de 1914.

Quando a ameaça allemã apontou contra Antuerpia forçou Joffre á resposta: as trincheiras do Aisne tinham mostrado impossivel o ataque de frente e emquanto a ala esquerda allemã não fosse desalojada da Argonne e da Woevre, não podia ser cortada do seu centro e só um ataque de Metz ou Thionville conseguiria ameaçar as communicações allemãs no Aisne ou no Oise. Restava pois, para quem pretendesse alliviar Antuerpia, a ameaça sobre a rede ferro-viaria entre S. Quentin-La-Fère — alem Sambre e Liège. D'ahi veio a organisação do Exercito formado á esquerda do de Mannoury e cujo commando era entregue a Castelnau: São estes dois generaes que travam na ultima semana de Setembro e primeira de Outubro as batalhas de Lassigny e Peronne; a formidavel resposta allemã, trazendo forças desde os Vosges, da Lorraine, e do seu centro sobre o Aisne forçava Joffre a estender a sua esquerda até Arras, Lens e Lille, ameaçando outra vez o flanco esquerdo do adversario, com outro novo exercito, o 10.º, sob o mando de Maudhuy. É a batalha d'Arras. Mas nem Maudhuy nem Castelnau conseguiram tornear o flanco dos allemães. Estes manobravam no interior do angulo cujo vertice estava em Noyon e os braços de Lille aos Vosges; a força das posições occupadas permittia-lhes levar para a sua ala direita ameaçada todas as forças disponiveis; mas Joffre não hesitava em transportar as forças britannicas, concentrando ainda na esquerda d'estas um outro exercito, o

de D'Urbal. Foch devia commandar em chefe a esquerda alliada, composta successivamente, como vimos, dos exercitos de Castelnau, Maudhuy, Sir John French e D'Urbal; ia dar nas Flandres a completa medida d'um extraordinario homem de guerra.

A offensiva de Joffre, se não podera salvar Antuerpia annulou em grande parte o resultado do triumpho allemão, conseguindo que o exercito belga effectuasse a salvo a sua retirada da praça. E' evidente que se os ataques de Maudhuy e Castelnau não tivessem tido logar, obrigando o commando allemão a manter ao sul do Escalda a massa das suas reservas, estas teriam naturalmente sido dirigidas para Gand e Ostende, e o exercito belga e os seus auxiliares britannicos difficilmente escapariam ao envolvimento. Depois ainda, se Sir John French e D'Urbal não estivessem já n'essa epocha entre o Escalda e o Somme, as forças retirando de Antuerpia seriam facilmente anniquiladas e como consequencia os allemães occupariam facilmente Dunquerque e Calais, objectivo essencial que a formidavel offensiva desencadeada na segunda quinzena d'Outubro e durante o mez de Novembro, era incapaz d'alcançar.

O commando superior allemão preparava essa offensiva com o seu methodo habitual. Reunira no seu flanco dois exercitos, do Principe Real bavaro e do Duque de Wurtemberg, comprehendendo 15 corpos d'exercito e quatro divisões de cavallaria. Não faltaram as proclamações inflamadas nem os *reclames* retumbantes ácerca da conquista da base naval que iria directamente ameaçar o poderio britannico. E o primeiro passo era a tomada d'Ypres, a velha capital das Flandres, onde o Kaiser em pessoa iria proclamar a annexação da Belgica ao Imperio allemão. Como para a marcha sobre Paris tudo estava previsto e annunciado: menos o resultado. A offensiva allemã iniciou-se antes que as forças destinadas a repelli-la estivessem a postos: o exercito britannico apenas começara a desembarcar das vias ferreas e os reforços de Foch iam tambem em caminho. As tres semanas de 18 d'Outubro a 17 de Novembro, foram, na phrase do communicado francez, «o reinado do caminho de ferro e do automovel. Noite e dia as tropas rolavam, estrada fóra; chegaram a tempo. Divisões e corpos d'exercito, menos numerosos que os do inimigo mas animados por um espirito admiravel empenhavam-se mal desembarcados. E um mez inteiro estiveram na frente do combate.»

Apreciando este transporte das reservas francezas e a sua applicação no ponto decisivo da lucta, o critico militar do *Journal de Genève*, coronel Feyler fazia sobresahir a «mestria incomparavel» do commando francez.

A' mestria incomparavel do commando correspondeu a admiravel tenacidade das tropas. Segundo Sir John French a crise dessa luta titanica foi na tarde de 31 d'outubro, quando as tropas britannicas eram forçadas a retroceder; mas o dia não terminava sem que n'um impulso irresistivel reconquistasse de novo as trincheiras da frente. Tudo, até ao ultimo homem, desde os officiaes aos rancheiros, esteve empenhado na linha de fogo; batalhões inglezes com o effectivo de um milhar d'homens, reduziam-se a 70 praças commandadas por um subalterno; «Mas eu quero homens capazes de fazer impossiveis, dissera o marechal; é preciso aguentar.» E aguentou-se! 12 corpos contra 16 durante essas tres semanas epicas mantiveram a linha de defeza que os allemães á custa dos mais portentosos esforços, deixando no campo 70.000 homens por semana, não conseguiam romper. Nunca, na historia militar, uma offensiva mais cuidadosamente preparada, mais furiosamente empenhada, mantida com mais tenacidade, soffreu, um cheque tão completo. E' a batalha d'Ypres, ou as batalhas das Flandres.

Depois, até ao fim do anno, pode sem erro affirmar-se que nunca os alliados abandonaram o que tinham ganho. Os allemães mantiveram-se em geral na defensiva, confirmando as tropas adversas no sentimento da sua superioridade. Esta acaba de se manifestar no avanço britannico em Neuve-Chapelle, e no francez da Champagne, ameaçando assim a ponta allemã dirigida ainda sobre Paris. Entretanto a artilharia pesada franceza foi constituida e organisada, os abastecimentos de munições completados, e á territorial, trenada e educada, declarou Joffre parte integrante do *Exercito Activo*, sem differença de designação. Da parte britannica, o Exercito da India cobrira-se já de gloria na batalha d'Ypres: agora são os Contingentes Canadenses que merecem os elogios de Sir John French. Os elementos de victoria dos alliados vão, n'este como nos outros theatros d'operações, lenta mas seguramente, fazendo sentir o seu peso.

Eyrd Ornellas

Cartas de Longe

POR

HOMEM CHRISTO

Confronto vergonhoso

Não sabendo eu nada de grammatica em especial, e muito menos de philologia em geral, é claro que o meu artigo anterior, como logo registei ao começa-lo, não representava, nem podia representar, uma critica, mas um desabafo d'escrevedor. Desabafo que mesmo assim não se teria limitado a meia duzia d'observações, pois não faltaria que dizer sobre o assumpto, nem a assignalar, somente meia duzia de casos, havendo tantos outros em circumstancias analogas ou identicas, se não fossem coisas que acudiram aos bicos da penna, ao acaso, a correr, n'um curtissimo intervallo entre os pontos essenciaes da minha exposição, ou antes, n'um desvio do campo a que eu queria cingir-me exclusivamente.

Fazendo inteira justiça ao talento, ao saber e aos serviços do snr. Candido de Figueiredo, que realmente tem ensinado muito, e atrevendo-me, apenas, a objectar que o snr. Candido de Figueiredo chegava a extremos excusados, o meu unico fim, retomando a questão no ponto em que, ao concluir a carta setima, a deixara, era insistir: como poude o snr. Candido de Figueiredo, como poderam outros homens illustres como elle, deixar o ensino publico, *todo o nosso ensino publico*, desde o primario até ao superior, no mais completo e miseravel abandono, sem um protesto, sem uma propaganda patriotica e intelligente contra essa enormissima vergonha, ao mesmo tempo que consumiam esforços successivos, que despendiam assombrosa energia a combater o y e o ph, a reivindicar *pregunta* e *resposta*, porque assim se dizia e escrevia no tempo das gloriosas caravelas, e *açucre* e *çapateiro*, os termos historicos consa-

grados pela virtuosa rainha D. Mafalda, se é que a rainha D. Mafalda usou *çapatos* e provou *açucre*, o que é mais que duvidoso?

Sempre a falta de coherencia, d'unidade, de continuidade da intelligencia e do caracter nacional.

Eu comprehendia toda a revolução ortographica que ahi se fez, toda essa apregoada campanha a favor da lingua patria, se porventura se prendesse com uma remodelação completa do ensino official. Mas sem isto, foi mais uma affirmação da nossa falta de plano, de methodo e bom senso. Provou apenas que continuamos a dar com a cabeça nas paredes, n'esse jogo de cabra-cega em que se resume toda a vida nacional ha muitos annos.

O proprio snr. Candido de Figueiredo ficou assombrado com o facil triumpho da sua obra. Era elle o primeiro a confessar que a rotina lhe levantaria difficuldades insuperaveis. Certas palavras, dizia, nunca chegagariam a ser escriptas como determinava a *ortographia racional*. Era elle mesmo a *ter medo*, declarava, de as escrever com a correcção que a sciencia impunha. Coagia-o a retrahir-se a força da ignorancia do grande numero. Qual historia! O snr. Candido de Figueiredo não conhece, bem se vê, a psychologia portugueza. Não sabe que a melhor recommendação para tudo, n'essa terra, é o exquisito, o estrambotico, o bizarro. Perdoem-me este gallicismo.

Realmente, a *rotina*, o habito, a tradição pezam muito. Mas nos povos que manteem a sua individualidade. Onde perdure o espirito de conservação e de estabilidade, que é justamente o maior elemento de disciplina e ordem social. Viessem dizer aqui a esta França, que accusam d'inconstante e anarchizada, que passasse a escrever *pregunta* e *reposta* não sendo esta, de longos tempos, a escripta adoptada. Affirma o snr. Candido de Figueiredo que é assim que o povo diz e sempre disse em Portugal. Embora. Em absoluto, não é exacto. A grande maioria do povo portuguez já não dizia *pregunta* nem *reposta*, se era esta, de facto, a ortographia e a prosodia tradicional. O povo, se conserva os vocabulos na sua pureza, tambem os deturpa a cada passo. O povo diz auga, cravão, escola politenica e, até, jardim geologico. Auga, já ahi o defende não sei quem. Não tardará que os romanistas andem com o latim ás voltas, para demonstrar, derivação d'aqui, derivação d'alli, que cravão é que é, que jardim geologico tem razões a favor, que escola politenica é mais euphonico, e que a grande, a sublime pronuncia nacional, é a dos serranos da Beira Alta e da Beira Baixa.

Mas, repito, embora. Podia o povo em França dizer ainda *pregunta*

e *reposta* que não voltaria a escrever assim, se tivesse passado, desde um ou dois seculos, a escrever d'outra fórma. Esta França, onde a moeda corrente ainda é o *sou* e a libra o peso usual!

Foi da França que partiu o systema de pesos e medidas que tomou o nome de systema metrico. Pois ninguem em França, incluindo Paris, fala no kilo ou meio kilo; todo o mundo diz libra, meia libra, duas libras, tomando-se abusivamente a libra *(livre)* por meio kilogramma.

Em Portugal, já não existe o arratel ha muitos annos.

Em Paris, o povo, nos mercados, não compra nem vende por centimos, mas por *sous*. Sete *sous*, nove *sous*, tres *sous*... No emtanto, se lhe dissermos, ahi: *não percebo de sous, reduza isso a centimos*, elle faz a reducção. Mas nas provincias, ou reduzimos nós, os extrangeiros, fazendo o calculo mental, ou não compramos.

Vão lá fallar em centimos á mulher da hortaliça, da fructa ou do peixe! A' camponeza, que em dias de mercado vae vender gallinhas á cidade! São 5 *sous*, 15 *sous*, 50 *sous*, e quem não sabe que apprenda e que volte, se quizer.

O espirito conservador não tem aqui a força que tem na Inglaterra e na Allemanha. Mas ainda tem uma força espantosa. E é elle que mantem a França. Extincto elle, a França rola na indisciplina, na instabilidade, a desordem, a anarchia em que se afunda Portugal. Perde, como nós perdemos, o caracter, tomada na sua ampla accepção esta palavra.

Infelizmente, Portugal é um povo sem caracter.

Voltando, porém, atraz: vamos que se adoptasse a *pregunta* o *quere* e a *reposta*.

O snr. Candido de Figueiredo, na minha humilde opinião d'escrevedor, faria muito melhor cingindo-se a corrigir os gallicismos escandalosos e as estupendas incorrecções grammaticaes. Que vergonhas n'esse genero, em verdade! E que admiraveis serviços o snr. Candido de Figueiredo, ahi, não tem prestado! Mas vamos, com Deus, que se adoptasse o *quere*, a *pregunta*, a *reposta*, o *çapateiro*, o *açucre* e tantas exquisitices d'essa ordem. Mas que, ao mesmo tempo, se estudasse nos lyceus a lingua portugueza e a historia d'essa patria.

Eu nem quero dizer, aqui, aos extranhos,— envergonho-me — o que os engenheiros, os medicos, os officiaes do exercito, estudam de historia e lingua portugueza em Portugal. Envergonho-me! E para justificar a minha vergonha, passo a expôr a organisação, em França, do ensino secundario.

O ensino secundario, aqui, comprehende dois cyclos, o primeiro,— abrangendo, e pela ordem ascendente porque vão designadas, as classes de *sixième, cinquième, quatrième, troisième,*— de quatro annos; o segundo, abrangendo as classes de *seconde, prêmière, Philosophie* ou *Mathématiques*, de tres annos. Ao todo, sete annos, como em Portugal.

No primeiro cyclo, ha duas grandes divisões, a divisão A e a divisão B. Na divisão A, independente das materias communs ás duas divisões, ensina-se o latim, obrigatorio, desde o primeiro anno (classe de *sixième*) e o grego, facultativo, desde o terceiro anno (classe de *quatrième*). Na divisão B, não ha latim nem grego; em compensação, *é mais desenvolvido o ensino do francez* (do francez notem), *das sciencias e do desenho.*

No segundo cyclo, ha quatro agrupamentos ou secções: secção A, latim-grego (*latin-grec*); secção B, latim-linguas vivas (*latin-langues vivantes*); secção C, latim-sciencias (*latin-sciences*); secção D, siencias-linguas vivas (*siences-langues vivantes).*

Este segundo cyclo é que prepara para os cursos superiores, embora, naturalmente, implique frequencia e approvação no primeiro cyclo. Ora, como os leitores vêem, tres das secções são dominadas pelo latim, e só uma, a que é destinada aos engenheiros, o exclue. Portanto, *só os engenheiros*, ao contrario do que muita gente suppõe em Portugal, deixam d'estudar latim em França. Todos os outros cursos teem latim, *ensinado desde o primeiro anno*, e pela forma rigorosa e profunda que no decorrer d'estes artigos mostraremos.

Dir-me-hão: e em Portugal ninguem deixa de o estudar, pois o curso geral é commum a todas as carreiras e no curso geral ha latim no 4.º e 5.º anno. Mais: eis uma d'aquellas grandes intrujices, uma d'aquellas grandes hypocrisias, com que essa pobre terra, victimada pelos infames e reles politiqueiros de todos os matizes, é fertil ha muitos annos. Quem é ahi o cynico, o homem bastante cynico, que tendo estudado latim no 4.º e 5.º anno dos lyceus, affirme que sabia rudimentos de latim, sequer, quando entrou nos cursos superiores?

O latim do 4.º e 5.º anno não tem valor nenhum. E' uma hypocrisia, com que, por decoro nacional, deveriamos acabar.

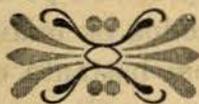
Só os engenheiros, pois, deixam d'estudar latim n'este paiz, e contra isso vae um clamor enorme em toda a França, a principiar nas associações industriaes e fabris, que protestam, em documentos dirigidos ao ministro da instrucção publica, allegando que os engenheiros não sabem escrever o francez devidamente.

Isto, tendo o ensino do francez maior desenvolvimento na divisão B, como já vimos, e continuando os alumnos da secção D (*sciences-langues vivantes)*, no 2.º cyclo, a estudar e a profundar o estudo da lingua franceza até ao 7.º anno.

Os engenheiros, aqui teem sete annos seguidos de francez, estudado a fundo, e de historia, no curso dos lyceus. Ahi, quem vae para medicina e engenharia, e quem segue a carreira militar, deixa d'estudar portuguez e historia a partir do 6.º anno!

O curso complementar de sciencias, ahi, não admitte historia, nem latim, nem portuguez. Nem historia! Nem portuguez!! Se estes aqui não sabem francez, que portuguez saberão esses ahi?

Pobre terra! E não hei eu envergonhar-me de dizer aqui, a alguem, o que é o ensino official no meu paiz!

Homem Christo

POR

LORD HENRY

Divagações opportunas

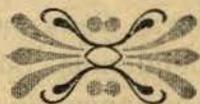
Na crise profunda por que está passando a Europa, no actual momento, e como effeito immediato do grande conflicto armado que a traz preoccupada, não é insensatez pensar-se que poderá muito bem advir como consequencia d'esse mesmo conflicto, a modificação integral das condições politicas das varias nações europeias. Considero phantasista toda a previsão concreta que se formule a respeito dos povos europeus —segundo a victoria caiba a este ou aquelle dos adversarios. Evidentemente portanto, considero infundamentado o destino que se attribua, por exemplo, ao futuro de Portugal, como consequencia da victoria dos alliados, ou da victoria austro-hungara. Se eu tivesse no meu bolso direito o Kaiser, e no meu bolso esquerdo o Rei de Inglaterra, e pudesse interrogal-os sobre o que fariam, uma vez decidida a sorte das armas, a admittir a hypothese pouco provavel de que, n'estas alturas, qualquer d'elles o soubesse, quanto ao nosso paiz e a outros paizes neutros, comprehendia-se que, em face da resposta que me fosse dada, eu dissesse o futuro que nos espera. Mas além de que o futuro é ainda muito impreciso, acresce a circumstancia de que ninguem está habilitado a, pelas licções da experiencia, formular a direcção da trajectoria da vida politica europeia. Theoricamente todas as hypotheses são defensaveis. E no campo da logica abstracta, tudo é admissivel. Simplesmente entendendo como entendo que n'esta materia tudo quanto não fôr positivo, certo, demonstrado e estavel — é vão, eu colloco-me no unico campo em que é permittido a um homem de senso collocar-se: observando, estu-

dando, analysando. Só ha uma affirmação que um espirito desapaixonado pode, n'este momento, subscrever: a de que não ha indicações seguras e certas, definidas e infalliveis sobre quem recahirá a tristeza da derrota. A victoria está ainda muito enygmatica, muito indecisa, e pelo conhecimento imperfeito dos elementos que directamente actuarão no sentido de a precisar — e d'entre os quaes occupa logar fundamental, o Acaso — ninguem pode dizer quando e como ella surgirá, como não pode dizer a situação em que ella deixará os adversarios. Tudo quanto se tem dito, não affirmamos que seja mentira: mas é ingenuidade. Porém, na obrigação que todos nós temos de não limitarmos a nossa investigação ao presente, mas sim attendermos tambem ao futuro, tanto quanto o conhecimento solido das coisas nos permitte que o façamos, n'essa obrigação que sobre todos nós impende — temos de reparar na hypothese provavel de uma alteração no modo de ser politico da Europa. Quero eu dizer na minha que todas as nações, tanto as que estão em lucta, como aquellas que se preparam para n'ella cooperarem, como as que por condições proprias, têm de manter uma completa neutralidade, todas ellas se encontram, n'este momento, deante de um problema fundamental que lhes pode ser formulado abruptamente, uma vez terminada a guerra: — o problema da sua independencia, da sua integridade territorial. N'esta hora excepcionalmente grave da vida europeia, todos os problemas nacionaes se apagam e se diminuem, ante a monstruosidade alarmante do problema da sua independencia. As questões de ordem interna passaram a um plano secundario, para deixarem focada a questão internacional. Questões financeiras ou questões economicas, debates religiosos ou dissenções politicas — tudo isso desappareceu da tela da vida publica, para que todos os homens de Estado pudessem encarar a frio e com o maximo da sua intelligencia o futuro internacional dos povos.

Porisso em todas as nações civilisadas europeias, o mesmo grito passou, fulminante e eloquente: *unidade nacional!* A' guerra cruenta e sangrenta dos campos de batalha da Belgica e da França, da Prussia oriental e da Hungria, vae succeder, uma vez depostas as armas, a guerra temivel das chancellarias, a guerra das habilidades diplomaticas. E é na previsão d'esse novo conflicto, que as nações que até este momento se teem conservado em paz, se preparam e se armam, se organisam e se acautellam. Nenhum paiz deu tão alta licção de bom senso politico, como a Italia. Nenhuma nação foi mais namorada do que a nação italiana; nenhuma se tem feito mais rogada do que ella. Os discursos dos seus estadistas são modelos de serenidade e sangue-frio, de amor patrio e de sciencia poli-

tica. Ha oito mezes sollicitados por todas as paixões, provocados por todos os impulsos, suggestionados por todas as manifestações de natureza popular — a todos teem respondido com uma tranquillidade de animo e uma ponderação de proceder que assombram toda a gente. Sabem os politicos italianos o valor e o perigo dos impulsos populares, e não se deixam pois levar na corrente caudalosa e gritante — antes se manteem firmemente e impassivelmente n'aquillo que o interesse nacional, superior a todas as paixões, superior a todos os desvairamentos, lhes aponta como sendo o melhor caminho. Não houve sentimentos de solidariedade ethnica, nem tendencias sentimentalistas que demovessem a politica italiana da sua primitiva orientação. D'Annunzio que alimentava com suas odes heroicas, nos campos de Tripoli, a chamma sagrada do patriotismo, e a esperança vívida do dominio imperialista e do resurgimento nacional, D'Annunzio nada conseguiu com as suas estrophes d'hoje, tão cheias de belleza e de fé. Maeterlinck, alma errante da Belgica artistica, pela Italia clamou o seu desespero e a sua agonia, em palavras que nos cantam aos ouvidos como harmonias do ceo, impregnadas de dôr infinita, e embaladas em infinita tristeza. Mas baldado tem sido o clamor, porque a Italia, acima das estrophes ardentes do seu poeta, e das phrases encantadoras do seu hospede — colloca o seu interesse de nação, interesse material, positivo, concreto, contingente, que os poetas mal attingem e os artistas mal comprehendem. O ensinamento que a attitude da Italia contem, devem tê-lo presente todos os povos, sobretudo aquelles em que a Reflexão está substituida pelo Impulso, e em que a Pratica cedeu o logar á Theoria. Cada nação europeia joga, hoje, com o seu procedimento, a sua independencia. Só da sua integridade territorial se trata, porque a Europa não ia lançar-se na guerra temerosa a que estamos assistindo, para no fim ficar tudo na mesma. Não! Tudo na mesma não vae ficar, não pode ficar. Como ficará, o que acontecerá, ninguem pode dize-lo, ninguem pode preve-lo. Mas como é um dever prevenir — todas as nações devem olhar unicamente, e unicamente encarar o problema da sua independencia. Debates politicos, debates financeiros, dissenções confessionaes — tudo isso é, n'este momento, puro bysantinismo, divagação academica, jogo esteril, desperdicio de energias, dessoramento de consciencias. Nos povos em que, n'esta hora, se alimentem divergencias, se fomentem discordias, se estimulem odios, se subvertam valores, se descathegorisem competencias, se anullem vontades, n'esses povos, o futuro é negro e ameaçador. Em todas as nações, tudo se deve subordinar ao criterio da manutenção da independencia nacional. Cada partido politico, cada crença religiosa, cada corrente de opinião deve abdicar de tudo quanto possa

enfraquecer a unidade moral da nação, deve ceder de tudo quanto possa debilitar o sentimento da consciencia nacional, e possa implicar desentendimento na maneira de se conseguir o respeito internacional. É preciso que os povos em lucta, ao poisarem as armas ensanguentadas, encontrem em cada uma das nações que á lucta se manteve alheia, um povo uno e integro, disposto a defender a sua unidade e a sua integridade. Ai dos povos que se apresentem n'essa hora corroidos pela Anarchia, dissolvidos pela Desordem! Ai das nações que n'esse momento supremo se apresentem desaggregadas interiormente! Ellas serão o corpo moribundo a retalhar afim de satisfazerem a fome e a sêde dos combatentes exhaustos.

Lord Henry

Questões Coloniaes

POR

LOURENÇO CAYOLLA

O problema de Angola

A questão economica que tem vindo a aggravar-se successivamente n'aquella colonia, em tão boas condições para remunerar prodigamente todas as energias e iniciativas e tão necessitada de capitaes e d'uma acção intensa da parte do poder central, era bastante complexa e delicada, como o provámos na rapida synthese que d'ella fizemos.

Exigia-se que da parte do governo se tivesse mantido uma continuidade de esforços, todos elles inspirados n'um plano intelligente e antecipadamente concebido em todos os seus pormenores.

A resolução d'essa parte do problema de Angola teria valorisado consideravelmente a riqueza da provincia e apressado a obra de colonisação que ali podemos e devemos realisar, e teria concorrido tambem muito para nos livrarmos dos perigos com que nos ameaça o seu aspecto politico.

Desde que a Allemanha iniciou a organisação do seu imperio colonial desenvolveram-se com a maior energia os apetites e a cubiça das grandes nações para alargarem cada vez mais os seus dominios por todos os continentes do mundo. A primeira victima das ambições que de todos os lados irromperam, fundadas não na força do direito mas no direito da força, foi a nossa visinha Hespanha, que perdeu quasi por completo o seu imperio ultramarino, mercê da guerra que lhe declararam os Estados-Unidos, que vinha ha muito preparando o salto de tigre com que a dilacerou creando, animando e protegendo elementos de rebellião e de pretendida independencia nas principaes colonias d'aquelle paiz. Desde então ficou sendo a Africa o

campo exclusivo em que se passaram a debater as rivalidades e as aspirações de engrandecimento das mais poderosas potencias. A conferencia de Berlim de 1884, procurando encontrar formulas de apaziguamento e de harmonia, tornou ainda mais porfiada a lucta dos interesses, quando inventou os protectorados coloniaes e as espheras de influencia. Os que se encontravam como nós no meio do brazeiro que em cada hora se ateava com maior violencia e não possuiam fortes exercitos e valiosas esquadras para se fazerem respeitar, precisavam não perder um momento, não fornecerem o minimo pretexto e consagrarem todos os seus recursos á obra de occupação e de valorisação de todos os pontos e de todas as riquezas dos seus dominios. Os mais fortes mascaravam as mesquinhas ambições que os guiavam proclamando que só os animava um sincero amor á civilisação. Se os que, apoiados nos direitos historicos, usufruiam os mais vastos territorios do continente africano se mostravam incapazes de conseguirem os progressos moraes e materiaes d'esses territorios, justo era que elles passassem para a posse de quem estivesse nas condições de os fomentar com a maxima intensidade, não continuando o resto do mundo a estar privado dos valores que d'ali podia obter.

Foi assim que surgiu com ares de axioma a deshonesta doutrina de que existiam *nações moribundas*, sem energias nem meios, para civilisarem o patrimonio que o passado lhes legara e que por isso, em nome dos interesses mais altos de toda a humanidade, era razoavel que ellas fossem expropriadas d'aquillo que não sabiam ou não podiam aproveitar.

Semelhante doutrina deviamol-a ter recebido como uma ameaça directa e como uma prevenção instante de que um enorme perigo nos ameaçava. Só o poderiamos affastar provando com factos que era injusto o deprimente epitheto que nos dirigiam e que o povo, minguado de recursos, é certo, mas grande na dedicação e nos dotes de colonisador, que contou no seculo XVI entre os seus filhos o famoso conquistador e ainda mais glorioso homem de estado que se chamou Affonso d'Albuquerque, em cujas maximas a Inglaterra foi encontrar as bases solidas do seu emporio colonial, e que nos seculos XVII e XVIII deu corpo e vida a uma grande nação, o Brazil, que é hoje uma das joias de mais refulgente brilho da civilisação moderna, sente-se ainda com vontade e decisão sufficientes para formar da área enorme, que se estende das margens do Congo ás do Cunene, um outro formosissimo imperio, em tudo rival d'aquelle outro espalhado na America do Sul, e de que tão legitimamente se orgulha. Mas obras d'estas não se effectuam com palavras. Realisam-se com actos de energia e com sacrificios de vidas e de dinheiro. Só nos convinha preoccupar com tudo o que podesse concorrer

para o desenvolvimento das riquezas naturaes da provincia e para a consolidação em cada hora mais forte e incontestavel da nossa soberania e dos nossos direitos de metropole. Era muito util abrir novas linhas ferreas, valorisal-as e enriquecer-lhes o trafego com uma rêde importante de estradas ordinarias e caminhos favoraveis ao commercio, attrahir capitaes para se tentarem novas explorações e iniciarem-se culturas até agora postas de parte e que ali tivessem condições de exito, realisar-se emfim uma intensa campanha de fomento. Mas mais util era ainda alargarmos a influencia do nome portuguez até aos sitios mais internados da provincia, radicarmos por todos os meios a acção das nossas auctoridades, pormos em cheque o elemento extrangeiro e evitarmos os pretextos e os meios d'elles se apossarem do espirito do indigena e de infiltrarem principios de protesto e de rebellião contra os nossos direitos. Foi isto o que fizemos, ou, ao menos, foi isto o que tentámos fazer? Infelizmente esta pergunta só pode ter uma resposta negativa. Durante seculos uma das forças mais valiosas de que nos tinhamos aproveitado para que o negro acatasse a auctoridade do nosso paiz e nos respeitasse como nação suzerana, fôra a das missões religiosas. Ainda modernamente do modesto Colegio das Missões Ultramarinas de Sernache do Bomjardim sahiram alguns dos mais indefezos, dos mais dedicados, dos mais intemeratos apostolos da religião christã e do amor a Portugal, de quantos deixaram grande parte das suas resistencias vitaes nos sertões de Angola. Os nomes de Antonio Barroso, de Sebastião Pereira, de Henrique Reed, podem pôr-se em lisongeiro paralello com os dos mais valiosos missionarios de todos os tempos. Os esforços d'estes e de tantos outros, muitos dos quaes lá perderam a existencia, eram intelligentemente auxiliados pelos prelados, como D. Sebastião Netto, o patriarcha resignatario de Lisboa, que tanto se nobilitou como bispo n'aquella colonia. Vieram porêm as novas instituições, decretou-se a lei da separação da Egreja e do Estado, moveu-se uma guerra sem quartel a tudo o que representava ou traduzia o espirito religioso e as missões portuguezas foram destruidas ou, quando menos, inutilisadas na sua patriotica influencia. Esse erro aggravou-se ainda mais deixando-se substituir a acção que ellas exerciam pela das missões extrangeiras, que hoje, pode-se dizer, se encontram exclusivamente em campo e que se tem transformado, como não podia deixar de succeder, em fócos eficazes e poderosissimos de sentimentos de rebeldia contra o dominio portuguez.

Mas não parámos por aqui. Obrigados por imposições especialmente da Inglaterra, cujos governos não podiam desattender as pressões que sobre elles exerciam os inimigos da riqueza e das prosperidades da nossa

provincia de São Thomé, publicámos diplomas sobre diplomas inspirados no firme proposito de tornar livre, absolutamente livre, o trabalho do indigena. Era nobre o pensamento que inspirava esses decretos, mas a fórma como a elles se deu execução não podia ser mais desastrosa e prejudicial do que foi. Auctoridades talvez zelozas de mais entenderam do seu dever andarem de povoação em povoação, quasi de cubata em cubata, dizendo aos indigenas que eram livres, que ninguem tinha direito a fazer-lhes a mais leve imposição, nem procurar, por qualquer fórma, violentar-lhes a vontade. Entes de tão limitada comprehensão e de tão reduzida intelligencia como aquelles, interpretavam essas palavras e indicações como um incitamento a revoltarem-se contra os que até agora representavam para elles a auctoridade. E' possivel que um ou outro dos nossos commerciantes ou agricultores tivesse alguma vez exigido dos negros mais alguma couza do que legitimamente o poderia fazer.

Aos representantes do poder central cabia-lhes o dever de reprimirem e castigarem esses excessos. Mas o que nunca deviam ter feito era transformarem-se em fomentadores da desordem, prégando resistencias contra usos estabelecidos e que ponderadamente poderiam ser modificados, sem se lembrarem que essas resistencias uma vez iniciadas, cresceriam successivamente de intensidade e iriam depois levantar-se contra a propria auctoridade da metropole.

E assim o indigena perdeu o freio moral que a religião propagada pelas missões portuguezas lhe impunha, e o laço de dependencia que sempre o havia prendido aos commerciantes e agricultores da provincia, isto é, aos elementos mais prestantes da nossa colonisação. Não admira, pois, que a influencia portugueza fosse diminuindo ao mesmo tempo que o extrangeiro foi encontrando maiores facilidades para se insinuar e dominar.

Não foram só estes os desacertos que comettemos no campo politico. Outros praticámos de não menor gravidade e talvez de acção mais prompta e immediata. A elles nos referiremos na proxima chronica.

Lourenço Cayolla

Factos e Criticas

Integralismo Lusitano

Apesar da falta de espaço com que luctamos não queremos deixar de publicar na integra a brilhantissima Carta Aberta que o snr. Hypolito Raposo, um dos mais talentosos *leaders* do Integralismo Lusitano, acaba de dirigir ao snr. Conselheiro José de Alpoim.

E' um documento interessantissimo em que se dizem com eloquencia duras verdades e se responde triumphantemente ao liberalismo ôco do chefe dissidente:

Exm. senhor

Só na tarde de hoje, 3 de abril, por indicação de um amigo, eu li a carta de V. Ex.a em resposta a outra do estudante de Coimbra, sr. Vieira de Castro.

Como nada tenha com a questão inicial da conveniencia ou desvantagem dos cursos livres, só me interessa o desdem, mal humorado ou bem humorado, com que V. Ex.a se refere ás tendencias e affirmações conservadoras da ultima geração das escolas e designadamente ao Integralismo Lusitano, que áquelle meu camarada mais novo tão expontanea sympathia merece. Aqui o saudo por isso.

Talvez por estarmos em semana santa, não se esqueceu a sua generosidade de distribuir por nós alguns bombons de adjectivos que não engulimos, jà na certeza de que seriam amargos, quando menos, e passa V. Ex.a a declarar aos seus numerosos leitores que durante muito tempo imaginou ser o Integralismo Lusitano um *snobismo ou fulgazã chuchadeira* (e aqui V. Ex.a cortezmente pede perdão do plebeismo), *de alguns mocinhos*.

A seguir confessa-se V. Ex.a admirado de que assim não fôsse, pois d'essa trasbordante illusão o libertaria a leitura de uma carta dirigida ao *Dia* que lhe pareceu escripto a serio, assignada por mim e por tres companheiros, em cujo nome, embora sem procuração, tambem agora estou escrevendo.

E um dos mais graves reparos que semelhante epistola accordou na sua sagacidade de jornalista e conselheiro, foi o emprego de maiusculas — pequeno abuso ortografico que bem fariam tolerar-nos os seus apregoados instinctos de liberal.

Mas o peor de tudo é que V. Ex.a, tendo, de facto, lido a nossa carta, d'ella transcreve, entre aspas, palavras que lá não foram escriptas!

A termos de respeitar, na melhor hypothese, a sua intenção, quiz a sua memoria compromettê-lo, n'uma traição rebelde que nos enche de piedade.

Tendo nós escripto, falando do livro — *O Novo Principe*, que o Doutor José da Gama e Castro, seu auctor, fôra *phisico-mór de El-Rei Dom Miguel I*, V. Ex.a transcreve — «ministro do senhor Rei D. Miguel I.»

Nada d'isto teria importancia, se V. Ex.a, por uma falsa transcripção, nos não attribuisse um erro historico que não commettemos.

Esta amostra de leviandade bastaria para avaliar de boa-fé ou do escrupulo de V. Ex.a, que para nós se ergueu de férula em punho para nos castigar de referirmos um facto verdadeiro que a *Nação*, pouco depois, esclarecia minuciosamente com a data da mercê regia.

Quanto ao notavel livro — *O Novo Principe*, não se affirmava ali que lessemos n'elle o nosso evangelho politico.

Como é o corpo de doutrina anti-liberalista mais completo que entre nós se escreveu, invocámo-lo depois dos tratadistas de seiscentos, como Souza de Macedo, Pinto Ribeiro e outros, podiamos ter citado Faustino da Madre de Deus, Acurcio das Neves, o padre José Agostinho, a lei de 4 de Julho de 1824, por exemplo, e tudo faziamos no intuito de reivindicar para a nossa doutrina politica que V. Ex.a não tem a honra nem o proveito de conhecer, o caracter nacional que a distingue, com differenças estruturaes, do grande movimento philosophico-politico, chamado *Action Française*.

E para reduzir ao mais convicto silencio os pobres *mocinhos snobs*, V. Ex.a orgulhoso com o achado, mostra-nos tres periodos de excesso absolutista que as paixões do momento explicam e que nós não queriamos perfilhar, sobretudo para que o sr. Conselheiro Alpoim pudesse continuar tranquillamente a sua carreira de jornalista.

V. Ex.a sabe que o que n'aquelle livro póde interessar os espiritos cultos de hoje, para os livrar de recorrer á pharmacia alheia, é a direcção geral do pensamento do auctor, a sua estructura philosophica, o senso politico de que aquellas paginas estão cheias.

Por semelhante logica V. Ex.a poderia chegar a convencer-se de que o Codigo Penal é uma afronta para os homens de bem.

Resta-me agora libertar V. Ex.a de um pesadelo; a contradicção entre a nossa

doutrina anti-liberalista e o reconhecimento da realeza do Senhor Dom Manuel.

Nós somos monarchicos pela monarchia e não monarchicos por dedicação pessoal ao Rei.

Affirmado este elementar principio da superioridade da Instituição sobre aquelle que é o seu orgão mais alto, facilmente se comprehende que, n'este momento, a questão da legitimidade não tenha para nós importancia.

No ponto de vista *positivo* em que nos collocamos, o nosso rei é aquelle que melhor servir a utilidade collectiva, aquella que os interesses da Grei reclamarem para os tutelar.

E' a legitimidade da conveniencia politica a sobrepôr-se aos direitos do sangue, embora reconheçamos que o embarque em Sines não tenha sido a solução que a justiça e o direito publico deveriam ter dado ao conflicto dos dois filhos de Dom João VI.

Proceder de outro modo seria favorecer o renascimento de uma gravissima questão que ensanguentou a terra portugueza, liquidada ha perto de cem annos, quando estamos convencidos e V. Ex.a comnosco, de que aos supremos destinos de Portugal, está ligada n'esta hora, interna e internacionalmente, a Monarchia que restitua o throno a El-Rei Dom Manuel II.

Dados estes esclarecimentos que o snr. conselheiro Alpoim pode utilisar para dissipar a sua confusão e melhor intelligencia dos nossos propositos, com outro assumpto quero abusar do precioso espaço d'este jornal e da paciencia do amigo leitor.

Mais de uma vez tenho visto V. Ex.a alarmado com a orientação dos rapazes de agora, e, se não erro, já os fulminou com a metralha de vocabulos muito queridos da rhetorica salivosa dos comicios.

E o seu espirito culto melhor faria, mantendo-se nas alturas de alguns discursos da Camara dos Pares ou do orador clamando piedade para os famintos do Douro.

Na carta que tenho presente, cita V. Ex.a para pasmo das gentes, a vasta bibliographia que lhe deu pasto intellectual durante o importuno inverno que lá vae. Ha alli de tudo, desde os *Fastos* de Ovidio até ás traducções de Ruskin que melhor sabor teriam no original.

E' muito, mas ha muito mais.

V. Ex.a poderia ter lido e citado as *Rãs*, de Aristofanes e o *Almanach dos Palcos e Salas*. Ninguem tinha nada com isso. Mas é para notar com proveito que V. Ex.a, propondo-se discorrer sobre a formação intellectual da mocidade de hoje não tivesse lido justamente nenhum dos livros que á geração nova mais queridos são, como por exemplo:

Les jeunes gens d'aujourd'hui, de Agathon, *La Colline inspirée*, de M. Barrés, *La Vie des Vérités*, de G. Le Bon, *Les méfaits des Intellectuels*, de Ed. Berth e até os *Documentos Politicos* em que é voz corrente V. Ex.a largamente collaborou.

Eu não sei se V. Ex.a, do repouso da sua cansada poltrona, chega a ter direito de censurar a mocidade que nada tem nem quer ter de commum com os seus ideaes politicos passados, presentes ou futuros.

E até me parece que V. Ex.a por muito que leia, teimosamente não quere vêr para além do espaço que percorre o fumo do seu charuto.

Por isso, nós que estamos com os homens do mais alto pensamento contemporaneo, deveremos parecer reaccionarios ao liberalismo ferrugento de que V. Ex.a ainda agora se diz apostolo.

Nós somos os reaccionarios!

Reaccionarios contra aquelles que em 1808 espontaneamente se adeantaram até Sacavem para receber triumphalmente o invasor Junot; contra os conjurados de 1817 (entre elles um Alpoim), que se concertaram com o general hespanhol Cabanas para entregarem este paiz á ambição de Castella, vindo a ser sagrados mais tarde como *martyres da Patria*; reagimos contra a traição do general Gomes Freire e do Marquez de Alorna, entrando em Portugal com Massena e aconselhando em largo gesto os soldados que defenderam a praça de Almeida a render-se — "que se entregassem que todos eram portuguezes".

Somos contra o patriarcha Manuel Fernandes Thomaz a quem o oiro corruptor da maçonaria hespanhola levou a tomar o compromisso de revolucionar Portugal para o unir á Hespanha, dividindo-se depois a Peninsula em nove (!) repubiicas, vindo talvez juntar-se-lhe no fim da vida o remorso d'esta traição á Patria com a miseria que nem lhe permittia a despeza de comprar uma gallinha,

Ainda somos reaccionarios contra a carta, quasi toda traduzida da Constituição de Cadiz (1812), redigida pelo brazileiro Francisco Alves e trazida a Portugal no bolso de lord Stuart; somos contra os que expulsaram as ordens religiosas e lhes erdaram o patrimonio; contra Mousinho da Silveira que desorganisou a propriedade e a familia, tendo-se Garrett mais tarde penitenciado da cooperação que lhe prestou.

Somos contra esse vergonhoso periodo politico do Liberalismo, cujo processo está feito no opusculo do insuspeito historiador Luz Soriano que pela Carta se bateu —: *Utopias desmascaradas do systema liberal!*

Bem sei eu que V. Ex.a e todos os da sua especie intellectual, ás nossas affirmações nunca respondem com rasões sérias;

ou as commentam com risos da caveira ou as capitulam de *inconfessaveis manejos reaccionarios*.

E' simples e é commodo.

Desde já declaro que não temos em pensamento o intuito de converter V. Ex.a ao tradicionalismo politico que defendemos. Nem V. Ex.a lucrava nada, nem nós ganhariamos muito: o que me parece dever esperar de V. Ex.a, pessoa culta e homem de idade, é que conheça o que discute ou deseja refutar.

O tempo do seu processo de combate, já lá vae. E como somos bem intencionados, pomos á disposição de V. Ex.a a nossa revista e os nossos livros. Entregaremos os pergaminhos da doutrina em sua propria casa; escolha d'entre nós o S. Paulo que mais lhe agradar e nunca se queixe de que não somos amaveis, se até lhe levamos o credo ao domicilio.

E se V. Ex.a não desiste de prégar aos rapazes do meu tempo, peço-lhe que acredite que tem de substituir o sermonario. Aqui lh'o digo lealmente: elles não creem nos direitos do homem, nem na vontade nacional, nem no povo soberano.

Declaram que não deram consentimento para a celebração do *Contracto Social* e desconfiam todos da suspeita dama, chamada Liberdade, em cujo ventre se sumiram as velhas liberdades dos fôros e leis do Reino, ao som de odes pindaricas, com citações dos *Luziadas* e grenhos ao vento.

Os rapazes d'hoje teem a dura experiencia que a tranquilla mocidade de V. Ex.a não conheceu.

Por isso V. Ex.a está tão longe d'elles. Não são monarchicos a prazo, ou republicanos provisorios, o que vale o mesmo. São muito differentes de V. Ex.a que sendo ministro de Estado honorario e par do Reino, tão avançado e proximo da Republica já estava, que entrou n'ella pela primeira porta, para melhor servir a Liberdade; elles, ao contrario, sendo republicanos, dizem adeus á mentira que os illudiu, desprezam situação, arriscam interesses e vêm combater pela Monarchia.

E dado que V. Ex.a estivesse na verdade e nós no erro, o dia de ámanhã será o que forem os rapazes de hoje que não acceitam — creia — o seu preceptorado politico e serão homens, quando V. Ex.a já não puder, talvez, affligir-se com os seus *desvarios*.

Aqui tem algumas das razões porque nunca, no campo politico, nos poderiamos entender.

De V. Ex.a

Ador., Att.o e Obg.

Hippolyto Raposo.

Conselheiro Ayres de Ornellas

Publicamos hoje mais um artigo d'este nosso querido amigo e eminente collaborador. E' a continuação dos estudos — *A guerra allemã, O Imperio Britannico na guerra actual e A Campade França*, publicados respectivamente nos numeros 1, 2 e 3 da *Ideia Nacional* e que tanto interesse teem despertado.

O snr. Conselheiro Ayres de Ornellas continuará analysando as differentes phases do conflicto europeu no seu aspecto politico, diplomatico e militar, com a lucidez de espirito, a cultura e a auctoridade que todos lhe reconhecem e d'elle fazem um grande estadista.

Ao que chegámos

Com este titulo diz *O Mundo*, orgão do partido dos escandalos:

"Já periodicos monarquicos falam no snr. João Chagas de uma maneira summaria. Invertendo e pervertendo, falseando e desdobrando, um periodico da noite refere um qualquer incidente que em tempos ousou ter um monarquico com aquelle illustre republicano. E como o snr. João Chagas, ao que diz o periodico, na occasião ameaçou desforçar-se, eis que o dito periodico ousa fallar no... Codigo Penal! Isto é arqui-espantoso„.

"Incidente que um monarchico *ousou ter* com aquelle illustre republicano„! Ousou ter! Já os viram mais safados... e mais *ousados?*

O que é archi-espantoso, seu safardana, é que ainda haja quem leia *O Mundo* e quem lhe ature as insolencias.

Ainda o mulato

E' já hoje indiscutivel, depois das noticias publicadas nos jornaes de todos os matizes de Lisboa e Porto que é o mulato o emprezario da intentona democratica que tem por fim restaurar o regimen da delação e do tôrpe assassinato.

Está já confirmado tudo o que dissemos logo que o mulato chegou a Portugal. Affonso Costa poz-se a salvo e deixou o aventureiro João Chagas á frente da conspiração.

A este respeito publicou na 4.ª feira passada *O Jornal da Noite* um brilhantissimo artigo de fundo do nosso querido amigo e collaborador Rocha Martins.

D'elle transcreveremos os seguintes periodos, cheios de verdade:

Pelle negra d'um ôdre de vaidades, em casa do conde d'Arnoso, pedia snobescamente agua para lavar as mãos que tinham apertado as dos correligionarios; ministro em Paris o seu liberalismo levava-o a fazer prohibir aos fantoches governamentaes indigenas que a imprensa lhe puzesse á vista as mazellas; **pae d'uma pobre rapariga honesta deixa-a ser costureira no Grandella;** republicano em nome da Liberdade, da Egualdade e da Fraternidade guindou-se e repelliu de si os collaboradores que por vezes lhe deram o sustento.

Eis como o agitador ama o povo, a liberdade, o direito e a justiça!

*

Foi sempre assim. Ha velhos republicanos que o acarinharam e aos quaes pontapeou; ha-os que lhe despejaram dinheiro nas algibeiras de prodigo e que hoje finge não conhecer; ha-os que o ajudaram na obra da republica para seu uso e aos quaes nega a mão.

Não é esse homem, sequer, um republicano fazendo revoluções por uma Causa; tenta-as pelo seu goso.

Ha homens que vivem á custa de mulheres; ha outros que se sustentam a expensas dos principios. Ha-os que accumulam.

A republica era para o snr. João Chagas a ultima amante em cujos braços devia repousar com os labios grossos da sua raça, sorvendo-lhe nos seios o sangue das veias.

Emquanto a republica foi uma aspiração, era aos seus devotos que ia pedir o conforto e o bem-estar; depois foi ao regimen que se collou como a uma cousa bem ganha para a sua exploração parasitaria.

Deve ter fomes collossaes e sêdes devoradoras o antigo pampheletario *snob* que sempre amou a vida cara, o plebeu amigo dos contactos aristocraticos, o pobre invejoso dos gosos dos ricos.

Ganhou muito dinheiro com a vinda da republica mas queria o seu dominio seguro para ter mais, sempre mais, o bastante para que lhe esquecessem as maculas e o vissem como um diplomata a valer.

E para isso, o paiz bem o sabe, não hesitou em offerecer á França o sangue dos nossos soldados que iriam morrer por uma Causa com a qual nada tinham para que o traficante pudesse entrar mais á vontade no Elyseu.

Não lh'o podiamos então dizer porque, elle, o jornalista, fazia aprehender as rudes verdades que escreviamos.

Mas o povo, o exercito, o paiz soube-o. Quiz traficar com o sangue portuguez, n'uma desforra de neto cuja avó os brancos negociaram.

São assim todos. Os que veem d'uma raça inferior querem a vingança; os que apparecem expostos ás portas desejam legitimar-se, n'uma raiva contra a sociedade.

Já o outro dia o dissemos: Não póde amar um principio quem repelle uma filha.

Toda a Lisboa o sabe. O emprezario de bernardas tem procedido assim.

A vaidade, o goso, o dominio antes de tudo.

Como ha homens que vivem á custa de mulheres ha outros que exploram os principios.

Até que emfim, está-se desmascarando este miseravel. *O Nacional*, *O Dia* e *O Jornal da Noite* teem secundado energicamente a campanha de justiça levantada pela *Ideia Nacional.*

Ha-de-se metter este preto na ordem!

Conselheiro Luiz de Magalhães

O artigo *Republica Conservadora* que este illustre estadista e nosso querido amigo publicou no ultimo numero da *Ideia Nacional,* causou em todo o paiz a melhor impressão.

Aquella é de facto a boa doutrina e n'aquelle artigo ficou bem demonstrado, com argumentos irrespondiveis, a invialibidade da famosa republica conservadora.

Brevemente publicaremos novo artigo do snr. Conselheiro Luiz de Magalhães, satisfazendo assim o desejo que nos exprimem grande numero de leitores d'*A Ideia Nacional.*

Composto e impresso na Typographia de ANTONIO CONCEIÇÃO ROCHA — Rua de Arnellas — AVEIRO.